

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 8,241 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 37,579 milhões e Ativos Totais de R\$ 38,874 milhões.

Osasco, SP, 14 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	38.839	30.347	CIRCULANTE	1.295	966
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	9	7	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	1.295	966
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 5).....	38.808	30.311	Sociais e Estatutárias (Nota 9d).....	78	15
Carteira Própria.....	38.808	30.311	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a).....	1.106	844
OUTROS CRÉDITOS.....	22	29	Diversas (Nota 8b).....	111	107
Rendas a Receber.....	-	18			
Diversos (Nota 6).....	22	11			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	35	35	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.579	29.416
OUTROS CRÉDITOS.....	35	35	Capital:		
Diversos (Nota 6).....	35	35	- De Domiciliados no País (Nota 9a).....	16.500	15.000
PERMANENTE	-	-	Reservas de Lucros (Nota 9b).....	21.079	14.416
INVESTIMENTOS.....	-	-			
Outros Investimentos.....	2	2			
Provisões para Perdas.....	(2)	(2)			
TOTAL	38.874	30.382	TOTAL	38.874	30.382

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
2º Semestre 2011	Exercícios findos em 31 de dezembro		2010	Eventos Saldos em 30.6.2011.....	Capital Social 16.500	Reservas de Lucros Legal 1.340	Lucros Estatutárias Acumulados 12.490	Totais -
	2011	2010						
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.876	3.532	2.737	Saldos em 30.6.2011	16.500	1.340	12.490	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b).....	1.876	3.532	2.737	Lucro Líquido.....	-	-	7.318	7.318
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.876	3.532	2.737	Destinações: - Reservas.....	-	366	6.883	(7.249)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	(182)	(332)	(196)	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(69)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10).....	(84)	(209)	(190)	Saldos em 31.12.2011	16.500	1.706	19.373	-
Despesas Tributárias (Nota 11).....	(99)	(185)	(150)	Saldos em 31.12.2009	15.000	1.215	11.631	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 12).....	1	77	157	Lucro Líquido.....	-	-	1.585	1.585
Outras Despesas Operacionais (Nota 12).....	-	(15)	(13)	Destinações: - Reservas.....	-	79	1.491	(1.570)
RESULTADO OPERACIONAL	1.694	3.200	2.541	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(15)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	10.483	10.483	-	Saldos em 31.12.2010	15.000	1.294	13.122	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	12.177	13.683	2.541	Aumento de Capital com Reservas.....	1.500	-	(1.500)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15).....	(4.859)	(5.442)	(956)	Lucro Líquido.....	-	-	8.241	8.241
LUCRO LÍQUIDO	7.318	8.241	1.585	Destinações: - Reservas.....	-	412	7.751	(8.163)
Número de cotas (Nota 9a).....	16.500.000	16.500.000	15.000.000	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(78)
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	443,52	499,45	105,67	Saldos em 31.12.2011	16.500	1.706	19.373	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
2º Semestre 2011	Exercícios findos em 31 de dezembro		2010	Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2011	2010			2011	%	2011	%	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				1 - RECEITAS	12.360	100,7	14.077	101,5	2.881
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	12.177	13.683	2.541	1.1) Intermediação Financeira.....	1.876	15,3	3.532	25,5	2.737
Lucro na Alienação de Investimento.....	(10.483)	(10.483)	-	1.2) Outras.....	10.484	85,4	10.545	76,0	144
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.694	3.200	2.541	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(84)	(0,7)	(209)	(1,5)	(190)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(7.925)	(8.496)	(1.613)	Serviços do Sistema Financeiro.....	(12)	(0,1)	(17)	(0,1)	(7)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	39	(56)	(1)	Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(56)	(0,5)	(146)	(1,1)	(141)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	16	22	(4)	Contribuição Sindical Patronal.....	-	-	(12)	(0,1)	(11)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(4.285)	(5.199)	(919)	Serviços Técnicos Especializados.....	(16)	(0,1)	(34)	(0,2)	(31)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais....	(10.461)	(10.529)	4	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2).....	12.276	100,0	13.868	100,0	2.691
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO					
Aplicação de Investimentos.....	(1)	(1)	-	PRODUTO PELA ENTIDADE.....	12.276	100,0	13.868	100,0	2.691
Alienação de Investimentos.....	10.483	10.483	-	5 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	12.276	100,0	13.868	100,0	2.691
Dividendos Recebidos.....	-	64	-	6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12.276	100,0	13.868	100,0	2.691
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos.....	10.482	10.546	-	6.1) Impostos, Taxas e Contribuições	4.958	40,4	5.627	40,6	1.106
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				Federal.....	4.958	40,4	5.627	40,6	1.106
Dividendos Pagos.....	(15)	(15)	(14)	6.2) Remuneração de Capitais Próprios	7.318	59,6	8.241	59,4	1.585
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	(15)	49	(14)	Dividendos Propostos.....	69	0,5	78	0,5	15
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	2	(10)	Lucros Retidos.....	7.249	59,0	8.163	58,9	1.570
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	3	7	17						
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	9	9	7						
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	2	(10)						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 1) CONTEXTO OPERACIONAL
- A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
- 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
- As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 14 de fevereiro de 2012.
- 3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
- a) Moeda funcional e de apresentação
- As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
- b) Apuração do resultado
- O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
- c) Caixa e equivalentes de caixa
- Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
- São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.
- e) Títulos e valores mobiliários - Classificação
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
- f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
- Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.
- g) Investimentos
- Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/ redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
- h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
- Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.
- i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
- O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 7a);
 - Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 7b); e
 - Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 7b).
- j) Outros ativos e passivos
- Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores reconhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).
- k) Eventos subsequentes
- Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
- Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2011.
- 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
- | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | |
|---|----------|--|----------|
| 2011 | 2010 | | |
| Disponibilidades em moeda nacional..... | 9 | | 7 |
| Total de disponibilidades (caixa)..... | 9 | | 7 |
| Total caixa e equivalentes de caixa..... | 9 | | 7 |
- 5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
- a) Classificação por categorias e prazos
- | Em 31 de dezembro - R\$ mil | | | | | | | |
|--|---------------|---------------|----------------|-------------------|----------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|
| Títulos (1) | 2011 | | 2010 | | Valor de mercado/ contábil a (2) | Valor de mercado/ contábil a (2) | Marcação a mercado/ contábil a (2) |
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | | | |
| Títulos para negociação: (3) | | | | | | | |
| Certificados de depósitos bancários..... | - | 112 | 388 | 870 | 1.370 | 1.370 | - |
| Debêntures..... | - | - | - | 285 | 285 | 285 | - |
| Letras do tesouro nacional..... | - | - | - | 823 | 823 | 823 | - |
| Letras financeiras do tesouro..... | - | 168 | 1.182 | 18.894 | 20.244 | 20.244 | - |
| Operações Compromissadas..... | 11.469 | - | 239 | - | 11.708 | 11.708 | - |
| Notas promissórias..... | 244 | - | - | - | 244 | 244 | - |
| Outros..... | - | - | 2.211 | 1.923 | 4.134 | 4.134 | - |
| Total em 2011..... | 11.713 | 280 | 4.020 | 22.795 | 38.808 | 38.808 | - |
| Total em 2010..... | 7.764 | 4.959 | 1.398 | 16.190 | | | 30.311 |
- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 38.808 mil (2010 - R\$ 30.311 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
- (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.
- b) Resultado de títulos e valores mobiliários
- | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | | |
|---|--------------|--------------|
| 2011 | 2010 | |
| Fundos de investimento..... | 3.532 | 2.737 |
| Total..... | 3.532 | 2.737 |
- c) A BEC DTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ARCADIS LOGOS SA.....	15
BEC - DTVM LTDA.....	13
BEM - DTVM LTDA.....	11
SONAE SIERRA BRASIL S.A.....	2



Diário Oficial
Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 122 • Número 44
São Paulo, quarta-feira, 7 de março de 2012
Página 13

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ARCADIS LOGOS SA.....	15
BEC - DTVM LTDA.....	13
BEM - DTVM LTDA.....	11
SONAE SIERRA BRASIL S.A.....	2

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Centro de Referência e
Divulgação de
Relatório de Auditoria
Econômica, Financeira e
Ambiental
Condições Consolidadas
da Organização
Bradesco

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6) OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Créditos tributários	44	43
Impostos e contribuições a compensar	13	3
Total	57	46

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

c) Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.088	830
Impostos e contribuições a recolher	18	14
Total	1.106	844

b) Diversas

Refere-se a provisão para pagamentos a efetuar, no montante de R\$ 111 mil (2010 - R\$ 107 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 16.500 mil (2010 - R\$ 15.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 16.500.000 (2010 - 15.000.000) cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do Capital Social

	Quantidade de Cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2010.....	15.000.000	15.000
Aumento de Capital (1).....	1.500.000	1.500
Em 30 de dezembro de 2011.....	16.500.000	16.500

(1) Em 20 de abril de 2011 o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 17 de março de 2011, deliberando aumentar o capital social em R\$ 1.500 mil, elevando-o de R\$ 15.000 mil para R\$ 16.500 mil, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", com a criação de 1.500.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as à Sócia-Cotista Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Reservas de Lucros.....	21.079	14.416
- Reserva Legal (1).....	1.706	1.294
- Reserva Estatutária (2).....	19.373	13.122
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e		
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.		

d) Dividendos

Aos cotistas está assegurado dividendos mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício foram provisionados dividendos no montante de R\$ 78 mil (2010 - R\$ 15 mil), correspondendo a R\$ 4,73 (2010 - R\$ 1,00) por lote de mil cotas. Os dividendos do exercício de 2010, foram pagos em 29 de dezembro de 2011.

10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Serviços do sistema financeiro.....	17	7
Obrigações sociais - contribuição sindical.....	12	11
Propaganda e publicidade.....	146	141
Serviços técnicos especializados.....	34	31
Total	209	190

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Contribuição ao COFINS.....	143	111
Contribuição ao PIS.....	23	18
Despesas com impostos e taxas.....	19	21
Total	185	150

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

12) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Atualizações de impostos e contribuições.....	(15)	(13)
Reversões de provisões	11	29
Dividendos/JCP recebidos	65	128
Outras	1	-
Total	62	144

13) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Corresponde ao lucro apurado na venda das ações da CETIP S.A. em novembro de 2011.

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, e vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Ativos	Ativos	Ativos
(passivos)	(passivos)	(despesas)

Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	9	7	-	-
Dividendos:				
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	(78)	(15)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	13.683	2.541
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(5.473)	(1.016)
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	7	36
Outros valores	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.442)	(956)

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA	
Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5	

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Osasco, 14 de fevereiro de 2012

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Diário Oficial acesso gratuito

Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência
dos atos do Governo
disponível ao cidadão

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2011	2010
Atualizações de impostos e contribuições.....	(15)	(13)
Reversões de provisões.....	11	29
Dividendos/JCP recebidos.....	65	128
Outras.....	1	-
Total.....	62	144

13) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Corresponde ao lucro apurado na venda das ações da CETIP S.A. em novembro de 2011.

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, e vigentes nas datas das operações, e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2011 Ativos (passivos)	2010 Ativos (passivos)	2011 Receitas (despesas)	2010 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	9	7	-	-
Dividendos:				
Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A.....	(78)	(15)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	13.683
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(5.473)
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	7
Outros valores	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.442)

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2012).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Osasco, 14 de fevereiro de 2012

Como não é campanha para papa nem bispo, mas para prefeito, vou usar mais argumentos jurídicos e filosóficos.

Gabriel Chalita (PMDB), pré-candidato à prefeitura paulistana.

PMDB: Temer se junta aos insatisfeitos

Vice-presidente concorda com manifestantes e engrossa os protestos da legenda contra o projeto petista de uso da estrutura governamental para ultrapassá-la

O presidente em exercício, Michel Temer, aderiu ao manifesto dos insatisfeitos do PMDB que protestam contra o projeto do PT de usar uma "ampla estrutura governamental" para ultrapassar os peemedebistas em número de prefeituras. Além de dar razão aos queixosos que lhe entregaram o documento ontem à tarde, ele reconheceu que a pressão do PT sobre o PMDB é grande e, citando São Paulo, disse que não recuará: "O Gabriel Chalita (candidato do PMDB a prefeito da capital) vai até o fim".

"Temos que trabalhar para eleger o maior número de prefeitos", conclamou Temer, declarando-se "defensor da liberdade das coligações" nas disputas municipais. Ao analisar o quadro eleitoral no encontro de uma hora no gabinete da vice-presidência da República, admitiu que o PT tem mais facilidade de acesso a programas e recursos do governo para as bases e prometeu buscar um "tratamento mais igualitário".

O vice acredita que o manifesto vai ajudar o governo, com o alerta das insatisfações. "Você está coberto de razão. Vou abrir uma conversa (com o governo), falar dessa situa-

ção", disse à certa altura. Mas o tom conciliador de Temer gerou dúvidas e cobranças.

"Se vocês estão pensando que viemos aqui para vocês passarem a mão na cabeça da gente, estão enganados. Viemos aqui para resolver. Estamos aqui um ano e meio ouvindo isto", atalhou o deputado Manoel Moreira (PMDB-RS), saudado com gritos de "muito bem!".

Para não polemizar, Temer

Se vocês pensam que viemos aqui para vocês passarem a mão na cabeça da gente, estão enganados. Viemos resolver.

MANOEL MOREIRA (PMDB-RS),

saiu pela tangente. "Você disse exatamente o que eu havia dito, só que com sua voz forte, imponente". Ato contínuo, o líder na Câmara, Henrique Alves (RN), sugeriu que Temer organizasse uma reunião dos dois líderes peemedebistas – ele e o senador Renan Calheiros (AL) – com as ministras

Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil) para passar ao governo as insatisfações.

Para mostrar a unidade do PMDB a partir da cúpula partidária, Temer convidou o líder na Câmara e o presidente nacional da legenda, senador Valdir Raupp (RO), para receberem, em uma reunião conjunta, o manifesto que os insatisfeitos queriam levar à direção.

Em meio às críticas generalizadas à falta de autonomia e de recursos dos ministros do PMDB que são obrigados a consultar o Palácio do Planalto sobre qualquer medida a ser implementada, o deputado Darcísio Perondi (RS) reagiu com irreverência, referindo-se à ministra Ideli como "supervisora" do Gastão Vieira, ministro do Turismo e deputado do PMDB maranhense.

No geral, o grupo de cerca de 20 deputados que se reuniu com Temer saiu satisfeito do encontro. "O importante é que o Michel reconheceu que há insatisfações antigas, que houve uma acomodação por parte das lideranças diante delas e que o documento ajudará a



agitar o partido para buscarmos uma solução", resumiu o deputado Danilo Fortes (PMDB-CE).

Todas essas insatisfações serão postas à mesa às 10h de hoje, quando a bancada vai se reunir para tratar da votação do novo Código Florestal. "Temos que nos reunir e dizer ao governo que não vamos votar. Não podemos ceder", propôs o deputado Perondi ao líder

Henrique, lembrando-o de que o momento em que a candidatura do peemedebista a presidente da Câmara mais cresceu foi no enfrentamento na votação do Código.

Assim, o PMDB ameaça impor a mais grave derrota política ao governo Dilma na votação do Código Florestal, com

regras de proteção ambiental nas propriedades do País.

O relator Paulo Piau (PMDB-MG) é contra a exigência de recuperação de cerca de 300 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa aprovada pelo Senado em dezembro. (AE)

Chalita já se declara contra o aborto

Tema recorrente nos debates, a questão foi tratada de forma espontânea ontem, pelo candidato do PMDB

O tema ainda nem entrou em debate, mas o deputado federal e pré-candidato do PMDB à Prefeitura de São Paulo, Gabriel Chalita, já afirmou ser contrário à legalização do aborto no País. Chalita abordou o assunto voluntariamente, ontem, em discurso da aula magna da Faculdade de Direito do Instituto Presbiteriano Mackenzie, onde leciona, na capital paulista. Ele ainda disse reprová-la eutanásia.

"Se eu tenho consciência de que há uma vida, essa vida tem de ser protegida em qualquer momento da trajetória do ser humano", disse, ao citar o di-

reito constitucional à vida para uma plateia formada por cerca de mil jovens na faixa de 20 anos – alunos do curso de graduação em direito da universidade.

Mesmo com apoio do Partido Social Cristão (PSC) para disputar a eleição municipal e próximo à renovação carismática católica, Chalita tentou afastar a tônica religiosa de seu discurso.

Se eu tenho consciência de que há uma vida, ela tem de ser protegida em qualquer momento da trajetória do ser humano.

GABRIEL CHALITA (PMDB-SP)

"Como não é uma campanha para papa nem bispo, mas para prefeito, vou tentar usar mais argumentos jurídicos e filosóficos do que religiosos. Acho que o sistema jurídico brasileiro não encontra amparo nessas discussões".

O peemedebista afirmou que o aborto não terá destaque na campanha para a Prefeitura, mas acredita que a pauta



Antecipação: Chalita trata sobre o aborto em aula magna na Faculdade de Direito do Instituto Presbiteriano Mackenzie, onde leciona.